



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Vereador Benedito José do Couto;
Secretariada pelo Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos dezessete dias do mês de março do ano dois mil e catorze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Vereador Benedito José do Couto e Secretariada pelo Vereador Luís Roberto Tavares, a Sétima Sessão Ordinária do Segundo Ano da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da relação da matéria, datada de 14 de março último. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Senhores Vereadores pela 1ª Secretária, nos termos do disposto no art. 109 da Resolução nº 276, de 9.11.2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o art. 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Senhores Vereadores: Benedito José do Couto (1), Professor Cinoê Duzo (2), Daniel Gasparini dos Santos (3), Daniela Dalben Mota (4), Dayane Amaro Costa (5), João Antônio Pires Gonçalves (6), Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi (7), Laércio Rocha Pires (8), Leonardo David Zaniboni (9), Luís Roberto Tavares (10), Professor Luiz Antônio Guarnieri (11), Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Professora Maria Helena Scudeler de Barros (14), Osvaldo Aparecido Quaglio (15) e Waldemar Marcurio Filho (16), e a ausência do Vereador Doutor Ary Augusto Reis de Macedo (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Registro de Comparecimentos e Faltas dos Senhores Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no art. 106, parágrafo único, da citada Resolução, convidou o Vereador Luiz Antônio Guarnieri para que procedesse a leitura de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

um salmo da Bíblia. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "EXPEDIENTE", o Senhor Presidente submeteu à apreciação do plenário as atas das Quinta e Sexta Sessões Ordinárias, realizadas em 10 de março último, as quais, depois de achadas conformes e aprovadas, foram devidamente assinadas pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, Presidente e 1º Secretário. Em seguida, o Sr. Presidente suspendeu a sessão às 18h40, a pedido da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, para homenagear a Senhora Maria Antônia Victal do Prado, Presidenta da Liga São José, pelo seu centenário. Reaberta a sessão às 18h50, na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 17, de 2014, do Prefeito Municipal, acompanhado de Mensagem nº 9 e Ofício nº 9, ambos datados de 10.3.14, “autorizando o repasse de recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para as entidades cadastradas no Conselho Municipal equivalente e dá outras providências”; (ao exame das comissões de Justiça e Redação, Educação, Saúde e Assistência social e de Finanças e Orçamento). 2. Projeto de Lei nº 15, de 2014, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, “dispondo sobre a instituição de ingresso gratuito para profissionais de segurança pública e meia entrada aos familiares destes em locais de shows, futebol e afins, no âmbito da cidade”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento). 3. Projeto de Lei nº 16, de 2014, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, “dando o nome de Antônio de Arruda para e MMR – 048, bairro Cachoeira de Cima”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação e de Denominação de Vias e Logradouros Públicos). Ato contínuo, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): nº 121, do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, solicitando “criação de Fundo Municipal para conservação e reforma de praças, nos moldes de minuta de projeto de lei”; nºs 122, 129 e 130, do Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando “criação de Comissão Especial para apurar o aumento nas contas de água; reiterando Requerimento nº



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

577/13; reiterando a Indicação nº 311/13; que a direção da TecnoPark proceda às explicações relativas à troca de parquímetros danificados”; nº 124, 127 e 131, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, solicitando “que a Viação Santa Cruz S.A. informe sobre horários e itinerários de linhas de ônibus urbano; implantação de redutor de velocidade na rua Maria Conceição de Campos Andrade, Tucuruá; nº 128, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, solicitando “informações sobre a lei nº 5.174/11, de doação de área para o INSS; nº 133 e 138, da Vereadora Daniela Dalben Mota, solicitando “informações sobre a implantação das 30 horas de enfermagem, objeto do requerimento nº 524/13; e homenagem especial no dia 12 de maio, para 5 profissionais, pela Semana da Enfermagem”; nºs 125, 126 e 132, do Vereador Waldemar Marcurio Filho, solicitando “que a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim dê explicações sobre valores de recursos repassados pelo Município, salários dos diretores da entidade, índice de mortes na UTI, trabalho do médico plantonista à distância, forma de pagamento do salário dos médicos plantonistas e se há convênio com sociedades de médicos para prestação de serviços; informações sobre o serviço de segurança contratado para atuar no Carnaval de 2014; e reagendamento da Audiência Pública para 30 de abril de 2014, às 19 horas, para discutir problemas e sugerir procedimentos para a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim”; nº 134, do Vereador Professor Cinoê Duzo, solicitando “seja feita homenagem especial durante a sessão ordinária de 28 de abril para homenagear o Jubileu de Ouro da Paróquia de São benedito e 30 anos de Presença Franciscana na mesma Paróquia”; nºs 135, 136 e 137, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, solicitando “envio ao Ministério Público de Tribunal de Contas de notícia de irregularidades no processo licitatório 8/13 (dispensa), contrato firmado com a Fundação Getúlio Vargas, com o objetivo de elaborar plano de cargos e carreiras e vencimentos para os servidores efetivos da Administração Direta; informações sobre a Cempi “Maria Bueno de Amoêdo Campos”, na Vila Dias; convite para o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos vir à casa no dia 7 de abril, às 18h30, para falar sobre o processo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

judicial das férias dos servidores e negociações salariais”; nº 140, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, solicitando “que a Viação Santa Cruz S.A. proceda à estudos para mudança do trajeto de circular da linha 5, Santa Clara”; nºs 139, 141 e 142, do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, solicitando “explicações sobre a falta da aula de Matemática na Emeb “Professor. Humberto Brasi”; denominação exata da localização da rua Vitalina Davoli Mariotoni; e convocação da Secretária da Educação, Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti para vir à Casa dia 24 de março, 18h30”. Em seguida, foram aprovadas as seguintes **MOÇÕES**: nº 12, da Vereadora Dayane Amaro Costa, “de pesar e um minuto de silêncio pelo falecimento do jovem ADEILTON PEREIRA DA COSTA JÚNIOR ‘Goró’”; nºs 13, 14 e 15, da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, “de pesar pelo falecimento do jovem LORENZO ANDRADE DE MORAES; de congratulações e aplausos com a Liga de São José da Mariz de São José, pelo Centenário completado em fevereiro de 2014 e idem coma Doutora Cláudia Regina Nunes, Juíza da Comarca de Mogi Mirim”; nº 16, do Vereador Luís Roberto Tavares e Outros, “de congratulações e aplausos com a direção, professores, funcionários, alunos e ex-alunos da ETEC “Pedro Ferreira Alves” pelo Jubileu de Ouro, comemorado no último dia 12 de março”; nº 17, do Vereador Professor Cinoê Duzo, “de congratulações e aplausos com a empresa Monroe Auto Peças pelos 40 anos de instalação na cidade”. Na sequência, o Senhor Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Senhor Prefeito: nºs 174, 186, 187, do Laércio Rocha Pires, indicando “pintura da quadra de esporte, troca de lâmpadas e manutenção na praça Lucinda Brasi Brandão, Inocoop; reforma da praça Doutor Jorge França Camargo; Jardim Primavera; e serviços de roçagem e limpeza Vereador na área da Prefeitura situada na rua Edvaldo Chabregas, Parque das Laranjeiras”; nºs 175, 177 e 191, da Vereadora Dayane Amaro Costa, indicando “sinalização de solo na rodovia deputado Nagib Chaib; programa de apoio à pessoa com deficiência da Secretaria Estadual de emprego e relações do trabalho; e processo licitatório para



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

continuação dos serviços de tradução em Libras das sessões da Casa” nº 178, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, indicando “vistoria técnica em árvore da rua Avenida Adelino Balzanello, Parque do Estado II”; nºs 180, 181, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, indicando “reductor de velocidade na rua Antônio Moreno Perez, Jardim Maria Beatriz; operação tapa-buracos na rua João Augusto Palhares, Centro”; nºs 183 e 184, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, indicando “reductor de velocidade na rua Professor Benedito Aparecido Tavares, nº 306, Jardim Flamboyant; recapeamento asfáltico da rua Sebastião Milano, Jardim Santa Clara”; nº 185, do Vereador Luís Roberto Tavares, indicando “substituição de tampa de bueiro da Avenida Pedro Bottesi, nº 622”; nº 176, do Vereador Luiz Antônio Guarnieri, indicando “ampliação da faixa de pedestre e calçamento no canteiro central defronte o condomínio residencial Sylvia Matta Netto de Araújo”; nºs 188 e 190, do Vereador Professor Cinoê Duzo, indicando “instalação de aparelhos de ginástica para Academia ao Ar Livre em todos os bairros da cidade, e também Distrito de Martim Francisco e Jardim Planalto; e cobertura do espaço onde ocorre a Feira Livre no Espaço Cidadão, às quartas-feiras e aos sábados”; nº 189, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, indicando “ampliação do Cemitério e do Velório Municipais”; nºs 192 e 193, do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, indicando “reforma, limpeza e manutenção na UBS do bairro Maria Beatriz; idem no campo de futebol e vestiários no bairro Maria Beatriz”. A seguir, o Senhor Presidente colocou à disposição dos Senhores Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs 8, 150, 183 a 199, 202 a 205, 208, 209, 211, 212 e 213, 214 a 230, de 10, 11, 12 e 13 de março últimos, subscritos pelo Prefeito Municipal, respondendo às Proposituras dos nobres Vereadores: Requerimentos: nºs 12, 9, 4, 8, do Vereador Professor Cinoê Duzo; nºs 15, 49, 658, 657, 17, 21, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino; nºs 102 134, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira; nºs 551, da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti; nº 619, 36, 38, do Vereador Luís Roberto Tavares; nºs 779, 88, da Vereadora Assistente Social Luzia



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Cristina Côrtes Nogueira; nº 731, da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti; nº 515, do Vereador Waldemar Marcurio Filho; nº 82, do Vereador Luiz Antônio Guarnieri; nº 91, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi; nº 32, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos; nº 95, da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros. Indicações: nºs 692/13, 66/14 do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino; nº 72, 113, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi; nºs 1035, 286, do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni; nº 516, 83, da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros; nº 934, da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti; nºs 488, 43, da Vereadora Dayane Amaro Costa; nº 415, do Vereador Laércio Rocha Pires; nº 41, do Vereador Benedito José do Couto; nº 848, do Vereador Waldemar Marcurio Filho; nº 62, da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti; nº 84, 1030, do Vereador Luiz Antônio Guarnieri; nº 139, 140, 141, 143, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos; (arquivem-se, após dar ciência aos Vereadores interessados). Ofício datado de 11.3.2014, dos Vereadores Luiz Antônio Guarnieri e Waldemar Marcurio Filho, “comunicando que o líder da bancada do PT será o Vereador Luiz Antônio Guarnieri, a partir de 11.3.14”; (comuniquem-se os Vereadores da Casa). Telegramas datado de 6.3.14, do Ministério da Saúde, “informando sobre a liberação de recursos do CEO – Centro de Especialidades Odontológicas e Melhoria do Acesso e da Qualidade”; (arquive-se). Não havendo mais proposituras ou quaisquer outros documentos para ser levados ao conhecimento do plenário, o Senhor Presidente, pelo parágrafo único do art. 108, facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos. A primeira oradora regularmente inscrita, Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros saudou os presentes e mencionou a respeito do envolvimento da Câmara na manifestação do Ouvidor a Prefeitura, Doutor Paulo Menna Barreto, pela secretária de Administração e Finanças, Elisanita Aparecida de Moraes e pelo ex-Secretário Jorge Vinicius dos Santos de que *“há suspeitas da Prefeitura de que a empresa, os funcionários Municipais e até mesmo os Vereadores estejam envolvidos no esquema de desvio”*, conforme reportagem



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

do jornal O Impacto. Então, o Presidente da Casa deve ter tomado ciência da entrevista coletiva deles à imprensa e o assunto deverá ser discutido na Câmara, porque uma nova sindicância foi aberta para apurar irregularidades de máfia no ISSQN, similar ao que ocorre na Prefeitura de São Paulo. Comentou que a Sigcorp, empresa de Fernando César Catib, estava prestando serviços ao Município desde 2011, e Paulo Menna Barreto citou que isso vem ocorrendo desde a legislatura anterior e ela, assim como os Vereadores Benedito José do Couto, Laércio Rocha Pires, Professor Cinoê Duzo e Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio estavam incluídos na denúncia feita pelo Jorge Vinicius, em máfia que havia desviado R\$ 30 milhões dos cofres públicos; quase R\$ 1 milhão por mês deixaram de ser recolhidos pela Nota Fiscal eletrônica. Assim, ela, Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros solicitou ao Presidente que tomasse pé da situação e julgava que todos os Vereadores deveriam se manifestar sobre a denúncia feita pelo servidor Jorge Vinicius. Em seguida, com a desistência do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni falou a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, que saudou os presentes e citou sobre seu Requerimento aprovado por 8 votos favoráveis e 7 votos contrários dos Vereadores presentes, para enviar ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas sobre o contrato no valor de R\$ 520 mil firmado entre o Executivo e a Fundação Getúlio Vargas. Lembrou que a Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti denunciou a contratação da empresa Ômega, contratada para a elaboração de planos e carreiras, e transformou-se em Ação Civil Pública com vários volumes processuais, à época de Carlos Nelson Bueno, e aguardava sentença. Hoje ela, Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, denunciou a contratação da Fundação Getúlio Vargas, sem licitação, por R\$ 520 mil, para elaboração de plano de cargos e carreiras para o Município. Porém, antes mesmo de ser eleito, o Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp estava sendo assessorado por professor da FGV - Fundação Getúlio Vargas, conforme provas que instruem o seu Requerimento, em reuniões realizadas no sindicato de Servidores, incluindo uma fotografia probatória, onde se veem o recém-eleito Prefeito Luís



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Gustavo Antunes Stupp, Jorge Vinicius dos Santos e o representante da FGV. Então, o caso merecia a investigação do MP e TCE/SP e, pela *Internet*, soube de uma série de processos e ações contra a FGV pelo contrato sem licitação para a mesma finalidade: elaboração de plano de cargos e carreiras. Isso se deu em Santo André, Campinas, Jaguariúna e Capital, onde a FGV foi condenada por improbidade administrativa e havia mais 16 ações em andamento entre Prefeituras e FGV, por dispensa de licitação. Posto isto, encerrou a sua fala. Ato contínuo, foi à tribuna a Vereadora Dayane Amaro Costa, saudou os presentes e manifestou o seu pesar pela morte de Adeilton Pereira da Costa Júnior, vulgo “Goró”, seu primo. Também lastimou a morte violenta das vítimas Professor Pedrinho Dal Rio e o Advogado Doutor Lorenzo Andrade de Moraes. Em seguida, citou sobre seus pedidos para recapeamento da camada asfáltica e sinalização de trânsito para o bairro Nossa Senhora Aparecida. Em seguida, justificou a nota que leu no Jornal “A Comarca” sobre a sua não participação na audiência do Vereador Laércio Rocha Pires e na inauguração Lucy Montoro. Explicando-se, disse que optou por ir ao jantar do Jubileu de Ouro da Etec “Pedro Ferreira Alves” e, em seguida, ao velório de seu primo, já que se sentia extremamente abalada pela perda do ente querido. Esta foi a justificativa para a sua ausência em dois eventos importantes, realizados no mesmo horário, e solicitou que o Jornal “A comarca” fizesse a devida retificação. Na sequência, falou o Vereador Professor Cinoê Duzo, o qual fez homenagem póstuma ao Professor Pedro Benedito Dal Rio e pediu a Deus que ilumina e abençoe a cidade de Mogi Mirim, que estava com índice de violência alarmante na última semana. Continuando, dirigiu sua homenagem póstuma a todas as famílias das vítimas e solicitou aos munícipes mais amor pela vida e compaixão e respeito ao próximo. A seguir, discursou o Vereador Waldemar Marcurio Filho, o qual saudou os presentes e citou sobre a denúncia feita pela Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, de desvio de aproximadamente R\$ 30 milhões do Município, referente à máfia do ISSQN, e tudo indicava que realmente era verdadeira a denúncia, assim como ocorria na Prefeitura de São Paulo. Porém, no tocante à possibilidade de ter integrantes do Poder Legislativo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

envolvidos, concordava em parte com a Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros. Disse que os Vereadores eleitos para a atual legislatura não tinham problemas com a denúncia, mas os Vereadores de outras legislaturas deveriam apurar o fato, para que tudo se elucidasse perante a população. “O ônus da prova cabe a quem acusa. O Presidente da Casa deve zelar pela transparência.” – instruiu o Vereador Waldemar Marcurio Filho. A respeito de seu requerimento voltado à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, disse que não tinha nada contra a entidade, mas tinha tudo contra a má administração dela. Então, solicitou explicações sobre valores de recursos repassados pelo Município, salários dos diretores da entidade, índice de mortes na UTI, trabalho do médico plantonista à distância - que dava plantão por telefone - forma de pagamento do salário dos médicos plantonistas e se há convênio com sociedades de médicos para prestação de serviços. Para ele, alguns estavam tão cientes da impunidade, que desafiaram-no a fazer o que bem quisesse. Então, ele, Vereador Waldemar Marcurio Filho, iria buscar apurar os fatos, porque precisava dar um basta no mau serviço e no mau atendimento prestado pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim. Em seguida, com a desistência do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, assumiu a tribuna o Vereador Luís Roberto Tavares, o qual agradeceu os Vereadores pela aprovação de requerimento para instituir comissão para apurar e investigar o aumento da tarifa de água na cidade. Em seguida, pediu informações à TecnoPark sobre parquímetros danificados, e a empresa multava os carros estacionados em parquímetros quebrados e os motoristas não conseguiam o ressarcimento devido. Isso configurava enriquecimento ilícito e fraude, e não poderia ocorrer no contrato firmado com o Município e a TecnoPark. Em seguida, disse que esteve presente na solenidade dos 50 anos do Jubileu de Ouro da Etec “Pedro Ferreira Alves” e pode ouvir o discurso do Professor Rogério Mazzola, primeiro diretor daquele estabelecimento de ensino. Também parabenizou os Professores e funcionários, o Diretor atual Felipe Duran Gonçalves e, para a cerimônia solene, convidou o Diretor da Coordenadoria de Educação Ambiental, Carlos Alexandre Bueno, funcionário da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, de Bruno Covas. Carlos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Ribeiro ouviu atentamente às reivindicações e as levará ao conhecimento do Secretário Bruno Covas, e ficava no aguardo de nova reunião com os citados gestores. Na sequência, assumiu o Vereador Luiz Antônio Guarnieri, o qual saudou os presentes e disse que se sentia triste pela violência constatada na cidade na última semana, onde o Homem se afastou de Deus e de seu próximo e rogou para que São José intercedesse pelos cidadãos. Quanto à denúncia de corrupção, disse que o fato envolvia alguns funcionários de carreira do Executivo e de Vereadores da atual e da anterior legislatura, que deixava todos sob suspeita. “Quando as coisas vão mal, devemos parar e pensar” – aconselhou o Vereador Luiz Antônio Guarnieri, citando um ditado italiano. Então, saudou o empresário da Sigcorp, Fernando César Catib, que teve a coragem de fazer a denúncia, cuja apuração estava sob o controle do MP, mas não entendeu o porquê de somente agora o assunto ter vindo à tona - desvio de R\$ 30 milhões dos cofres públicos – colocando a Casa Legislativa e funcionários do Executivo que não comungavam com a *praxis* atual, todos sob suspeita e que merecia apuração imediata. Louvou ainda, o Requerimento de Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, hoje aprovado pela Casa, o que mostrava um avanço do Poder Legislativo. Ato contínuo, falou o Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, que saudou os presentes e lamentou as mortes ocorridas na última semana e deixou o seu apoio aos familiares das vítimas. Concitou a população para que houvesse mais diálogo e amor entre os cidadãos. Em seguida, disse que visitou a Praça Antônio Granzielli, Bairro Flamboyant, onde os moradores adotaram o espaço e plantaram o gramado, fizeram a construção do passeio e cada morador doou um saco de cimento, areia e pedra, e constatou que o trabalho ficou excelente. No local, havia um acordo de cavalheiros para a conservação da praça e todos se incumbiam de fiscalizar se algum predador a estava destruindo. A manutenção e limpeza eram feitas pelos moradores do bairro, os quais fizeram a placa de identificação da praça. Por fim, louvou os que faziam o trabalho voluntário em prol da cidade. A seguir, a Vereadora Daniela Dalben Mota foi à tribuna para saudar os presentes e lamentar os crimes ocorridos na cidade, o que configurava falta de Deus, a vida



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

perdeu o valor e estava na hora de rever os valores humanos. Em seguida, pelo nome de Doutora Lina Mara, parabenizou a inauguração da robótica no Centro de Reabilitação Lucy Montoro. lembrou que estava participando do trabalho desde a sua fundação e pode ver a satisfação das famílias que usufruíam dos serviços do Centro Lucy Montoro. O investimento do Estado no prédio e nos serviços foi imprescindível para o sucesso da instituição, e ouviu depoimentos de mães que falaram do desenvolvimento positivo de seus filhos. Anunciou que os doutores daquele centro de reabilitação solicitaram o apoio de Doutora Lina Mara e estava segura de que ela iria atender mais esse pedido daqueles profissionais. O Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio assumiu a tribuna para saudar os presentes e citou sobre notícia do Jornal “A Comarca” sobre a moção de repúdio ao Prefeito. Disse que votou favoravelmente a ela, mas não a assinou, e pediu que o Jornal “A Comarca” corrigisse a matéria. Em seguida, louvou o trabalho desenvolvido pelo Centro de Reabilitação Lucy Montoro, que trazia benefícios à população mogimiriana, que era o reflexo do trabalho do Governador Geraldo Alckmin, um político que sempre receberia o seu apoio, pela honestidade e dedicação ao povo, pertencendo ao PSDB, seu partido, ou qualquer outro partido político. Quanto às denúncias, disse que “*a melhor defesa é o ataque*”, citando o provérbio, e, não queria dizer que a denúncia era verdadeira ou falsa. Apenas ressaltou o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio que “*a onça acuada reage mesmo*”, conforme suas palavras. O Ministério Público iria investigar e disse que podia ser verdadeiro que havia mesmo alguns Vereadores envolvidos, porque existiam os honestos, mas havia ‘uma corja de bandidos’ no Congresso, como todos sabiam, e que, em Mogi Mirim, também podia ser que havia culpados. Porém, ele, Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio estava com a consciência tranquila, porque sequer conhecia o pessoal da empresa e não se relacionava com o ex-funcionário Jorge Vinicius, com Elisanita ou com o Auditor atual. “Quem não deve, não teme. A melhor defesa é o ataque. Entendo que seja um meio de autodefesa esse contra-ataque que vimos e, se há a máfia, tem que ser apurado desde a legislatura passada. Devem ser apontados os nomes, mas tenho 99,99% que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

não há Vereadores envolvidos nessa máfia de desvio de verbas do ISSQN. Isso é querer desviar a atenção de alguma coisa mais ‘grossa’ que deve estar por trás.” – expressou o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, finalizando a sua participação na tribuna. A seguir, o Senhor Presidente, Vereador Benedito José do Couto, solicitou ao Vice-Presidente, Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que assumisse a direção dos trabalhos. Cumprindo o disposto no art. 21 do Regimento Interno, o Vice-Presidente no exercício da Presidência facultou o uso da palavra ao nobre Vereador Benedito José do Couto, que saudou os senhores Vereadores e discursou sobre a denúncia feita pelo Executivo e bem sabia que, uma hora ou outra, o nome dos envolvidos iria aparecer. Disse que recebeu ofício do Gabinete do Prefeito, todos iriam receber cópia, em que o Prefeito “*solicita os bons préstimos para auxiliar o Executivo a apurar a verdade sobre o desvio de verbas no ISSQN, em R\$ 30 milhões*” e o Prefeito anunciou que impetrará a ação devida. Porém, o MP detinha o caráter investigativo e não via como a Câmara poderia ajudar, e ele gostaria que fossem citados nomes de supostos Vereadores envolvidos, para que não pairassem dúvidas quanto aos honestos. “Se o Prefeito sabe que há desvio, ele também deve saber quem foi que desviou.” – deduziu o Vereador Benedito José do Couto e disse que faria reunião com os nobres pares para conversar sobre o assunto. Em seguida, falou o Vereador Laércio Rocha Pires, que saudou os presentes e citou que, na sessão passada, pediu à Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti sobre a constituição de comissão para apurar o aumento de tarifa de água, mas o Vereador Luís Roberto Tavares havia entrado com o mesmo pedido na noite de hoje. Lembrou que a Câmara não recebeu projetos relativos à troca de hidrômetros e aumento da tarifa de água, o que significava que os Vereadores não haviam deliberado a respeito disso em plenário, o que desmentia os dizeres de panfleto que estava sendo veiculado na cidade, colocando a culpa nos Vereadores. Então, disse que haverá reunião e concitou a população para trazer a conta de água com preço abusivo em seu gabinete, para que fosse encaminhado ao Presidente do Saae - Serviço Autônomo de Água e Esgotos. “Tal panfleto é mentiroso e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

está aterrorizando a população contra a Câmara, que não votou aumento de água e nem a troca de hidrômetros. Mas que mentira da oposição!” – frisou o Vereador Laércio Rocha Pires. Em seguida, parabenizou o Prefeito pelo bom trabalho e podia ver que a cidade estava melhorando em seus serviços. Sobre a denúncia da máfia, os nomes deveriam ser citados e seria muito bom que o denunciante fizesse as acusações a contento, para não pairar dúvidas aos munícipes. O Vereador João Antônio Pires Gonçalves foi à tribuna para saudar os presentes e salientou que a denúncia da máfia do ISSQN, em sua avaliação, deveria ter a investigação feita pelo Executivo e pelo MP e disse não conhecer os três funcionários citados pela reportagem. Ainda mais, a empresa que fazia o serviço não era de seu contato e sentia-se tranquilo. “Quem não deve, não teme; eu não temo, mas deve ser apurado o assunto.” Soube que a empresa parou de prestar serviço, aumentou a arrecadação R\$ 1 milhão/ mês, caracterizando a fraude, e provando que estava sendo desviada a verba. Porém, a empresa denunciou o funcionário, mas a empresa foi afastada dos serviços e a arrecadação aumentou, o que provava que não havia a culpa do funcionário. Quanto ao papel do Vereador, julgava que todos eram honestos e não havia envolvimento de nenhum par de Vereança, e já bastavam as más notícias de racismo e homicídio que envolviam a cidade de Mogi Mirim; esperava que a Câmara não estivesse envolvida em mais esta má notícia de corrupção no Município. Como líder, assumiu a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, que foi à tribuna para complementar que sua denúncia cuidou de solicitar o contrato do Executivo com a FGV e o plano de cargos e carreiras e previdência social/regime jurídico, passando os servidores de celetistas para estatutários. Porém, recebeu apenas o contrato e a justificativa de que o plano estava sob avaliação. Sobre isso, disse que iria ouvir os servidores qual era a preferência de regime jurídico, e que a decisão seria consolidada em assembleia, a fim que de não se arrependessem de suas escolhas, como houve em Mogi Guaçu, Campinas e Jaguariúna. Então, ela, Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, firmou o seu compromisso de que não se colocaria à frente dos funcionários – 2.500 pessoas – e queria discutir com eles o melhor regime



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

jurídico. Sobre a ampliação do velório e do cemitério Municipais, disse ela que havia espaço físico suficiente, mas, por excesso de lotação, ocupavam a cozinha e a copa para fazer o velório, enquanto não se vagavam as salas. O Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni foi à tribuna como líder para passar ao seu liderado, Vereador Luís Roberto Tavares, após a anuência do Presidente, o Vereador Luís Roberto Tavares disse que estava trabalhando com o grupo Amor Exigente e convidou os Vereadores para sábado, aniversário de 20 anos do grupo, que fazia trabalho com a família e com o dependente químico. Anunciou que as palestras do grupo eram esclarecedoras e dignas de atenção e solicitou o apoio e a presença de todos para a palestra da Doutora Liane Castrillon, no Centro Cultural. Para completar, anunciou que o Padre Haroldo Hans, padre americano no Brasil, fundador do trabalho do Amor Exigente, será agraciado com o título de Cidadão Mogimiriano, em sessão solene. Em seguida, disse ter estado na Avenida Paulista na reivindicação de 30 horas para a Enfermagem e o movimento alcançou âmbito Nacional. Hoje recebeu por *e-mail* a notícia que o Ministro de Saúde havia convidado a responsável para um início de negociação de 30 horas semanais para a Enfermagem. Por fim, citou sobre a denúncia de fraude no ISSQN e colocou-se à disposição para apurar o fato, porque o Vereador tinha suas dificuldades e limitações, mas não acreditava que houvesse Vereadores envolvidos no fato. O Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, como líder, passou a palavra à sua liderada, Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, a qual, após a anuência do Presidente, leu a todos a notícia do jornal O Impacto: “Suspeita da máfia do ISSQN, que pode ter desviado R\$ 30 milhões dos cores Municipais, esquema que envolvia a empresa que presta serviços de emissão de notas fiscais, funcionários da Administração e até Vereadores, com documentação enviada ao MP, e pode ser configurada como um dos maiores escândalos. Porém, o Promotor Rogério Filócomo disse que recebeu apenas um ofício, não recebeu documentos da Prefeitura e nenhum inquérito foi iniciado. Tal valor superava o da arrecadação de IPTU e do fundo de Participação dos Municípios, inclusive, em dois anos de gestão do ex-Prefeito Carlos Nelson Bueno. Disse que gostaria que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

o Presidente da Casa convocasse para vir à Câmara os servidores Paulo Menna Barreto, Elisanita aparecida de Moraes e os atuais proprietários da empresa Sigcorp, Douglas Severo e Fernando César Catib, já que Jorge Vinicius dos Santos havia sido destituído de seu cargo. Citou, ainda, a Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros que Eduardo Gonçalves Brandão e Oliveira foram os funcionários afastados, os quais diziam saber quem eram os envolvidos, e então, deveriam saber os nomes dos Vereadores também. Assim, eles deveriam vir à Casa na próxima sessão para falar o que sabiam, porque os Vereadores estavam supostamente acusados de participar da máfia do ISSQN. “Cadê o cadastro? Quem eram as empresas que estão sonhando?” – precisamos saber e espero contar com a sua participação nisso, Vereador Benedito José do Couto Presidente da Casa.” – finalizou a Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros. Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão às 20h45, conforme o disposto no art. 105 da Resolução nº 276/10 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Senhores Vereadores, conforme o disposto no art. 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no Art. 172, I, do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 10, de 2014, da Vereadora Daniela Dalben Mota “dando o nome de Flávio Valem Dezotti à MMR – 051, Bairro do Macuco”. Pareceres das Comissões de Denominação de Vias e Logradouros Públicos e de Justiça e Redação. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores presentes, o Projeto de Lei nº 10, de 2014, da Vereadora Daniela Dalben Mota, em Turno Único); (encaminhe-se o autógrafo ao Executivo, para fins de sanção e promulgação, nos termos regimentais do art. 190). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Senhor Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determina os arts. 114 e 115 da Resolução 276/10 (Regimento Interno vigente).



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

A Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros foi à tribuna para dizer que a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira e ela estiveram na semana passada no Cempi - Centro Educacional Municipal da Primeira Infância “Maria Bueno de Amoêdo Campos” para detectar as falhas daquele estabelecimento, que cuidava de crianças de 3 a 6 meses e não haviam lâmpadas suficientes nos cômodos; num dia nublado, não havia iluminação suficiente para as responsáveis cuidarem das crianças. Julgou o fato estarrecedor, porque o Prefeito, em mais de um ano de Prefeitura, não propiciava iluminação suficiente aos estabelecimentos públicos. As crianças brincavam com embalagem de suco e de leite, porque o Prefeito não fez a renovação dos brinquedos, o mato não estava sendo podado e a areia não foi remexida para a brincadeira das crianças. Assim, disse que iria reivindicar que o Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp desse conta do mínimo que o munícipe deveria ter: estoque de brinquedos e manutenção de creches e escolas, que estava a zero, há muito tempo, na sua avaliação. Os Vereadores Administrador Leonardo David Zaniboni, Dayane Amaro Costa, Professor Cinoê Duzo, Daniel Gasparini dos Santos, Waldemar Marcurio Filho, Luís Roberto Tavares e Daniela Dalben Mota desistiram de discursar. O Vereador Luiz Antônio Guarnieri foi à tribuna para dizer que, sobre a denúncia dos jornais, frisou que a foto trazia Paulo Menna Barreto, Elisama e Jorge Vinicius, o qual foi acusado de fraude pela empresa. Este, por sua vez, não era mais servidor e estava denunciando a empresa e outros envolvidos. “Já que vou sair, vou arrastar mais pessoas. É essa a impressão que está dando, ao analisar o fato, e isso iria prejudicar funcionários de carreira e havia Vereadores sob suspeita, conforme reportagem. Solicito à Mesa que os denunciante venham à Casa esclarecer o que está ocorrendo.” – solicitou o Vereador Luiz Antônio Guarnieri, o qual estava preocupado com o alto vulto do valor desviado e com o fato de muitos inocentes estarem sob suspeição, e que tudo isso poderia ser um mero desvio de foco. “Devem ir para a cadeia os culpados, senão estamos todos envolvidos. Vamos separar o joio do trigo, vamos esclarecer os nomes junto ao MP. Assim seja feito.” – concluiu o Vereador Luiz Antônio Guarnieri. Os Vereadores



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi e Osvaldo Aparecido Quaglio desistiram de falar. A Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira foi à tribuna para dizer que era a favor de que os denunciantes viessem à Câmara para esclarecer o fato, porque o valor era altíssimo e poderia solucionar alguns problemas da cidade. Porém, o Jorge Vinicius já estava fora dos quadros de pessoal do Executivo, mas foi visto ontem transitando pelo Executivo. Em seguida, citou que ouviu dizer que o atleta Rivaldo pediu a aposentadoria e deveria partir da Mesa da Câmara uma homenagem ao atleta, que estava investindo na cidade que o projetou – e o nome de Mogi Mirim - para outros times de futebol e para outros países. O Vereador Laércio Rocha Pires foi à tribuna para agradecer a cidadã, Senhora Adriana Maria, hoje presentes às galerias da Casa. Sobre o Jogador Rivaldo, disse que foi o autor do título de Cidadão Mogimiriano, mas Rivaldo não valorizou a homenagem e não veio receber o título na oportunidade, e mandou o representante Wilson Bonetti, que chegou com atraso à solenidade. Em seguida, convidou novamente os Vereadores para a reunião com o Presidente do Saae - Serviço Autônomo de Água e Esgotos, e todos os Vereadores deveriam usar da tribuna para se defender da acusação de que haviam aumentado a tarifa da água, conforme panfleto que estavam veiculando. “E ninguém reage?” – provocou o Vereador Laércio Rocha Pires, concitando os pares a virem se defender na tribuna contra os ‘caras-de-pau’, conforme suas palavras, incluindo um ex-Prefeito, que estava noticiando mentiras ao povo, pondo a culpa e a responsabilidade nos Vereadores, o que era injusto, porque não cabia à Câmara aumentar a tarifa de água. Para ele, orador, o povo carente deveria ser defendido contra o abuso no preço da água e ele iria à reunião com o Presidente da Autarquia para ouvir os esclarecimentos, na próxima quinta-feira, e convidou os Vereadores para acompanhá-lo. Sobre a denúncia dos jornais, disse que iria apoiar a apuração dos fatos. O Vereador João Antônio Pires Gonçalves foi à tribuna para dizer que algumas pessoas não queriam entender os fatos e ele não era advogado dos denunciantes, mas pela notícia dos jornais, os Vereadores arguíam “Por que só agora?”. Em resposta, disse que foi que somente agora havia aparecido a diferença nos cofres; e o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

motivo era só este, e não era outro. Então, havia Vereadores querendo “encontrar pelo em ovo” e, só depois de fevereiro, que trocou-se de empresa, é que apurou-se a diferença. Explicou, ainda, que o motivo não foi porque o Jorge Vinicius saiu do rol de comissionados, e não se confirmaram os funcionários e Vereadores envolvidos. Não se sabia quem descobriu e como descobriu, mas os três denunciante deveriam vir à Casa para elucidar os fatos. Por outro lado, o MP estava fazendo a sua parte. O Vereador Waldemar Marcurio Filho assumiu a tribuna, após permitida a passagem do tempo pelo Presidente, a pedido do líder Vereador Luiz Antônio Guarnieri, e disse que, se analisar friamente, o fato poderia ser apresentado pelos denunciante com presteza e correção, na Câmara, para os Vereadores. O caso veio à tona quando a empresa que prestava serviço desde 2011, parou de fazê-lo e, como não foi aprovada na licitação, acusou que o funcionário Jorge Vinicius havia pedido pagamento de propina. Porém, o MP iria solicitar documentos à empresa, que não estava querendo outorgar ao Executivo. Porém, a empresa não iria produzir provas contra si e isso estava difícil de ser provado. A seu ver, levemente, muitos já haviam condenado o funcionário Jorge Vinicius, mas competia o ônus da prova a quem acusava. Como líder, a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira foi à tribuna para dizer que não estava condenando ninguém, mas o MP estava investigando. Com relação ao Jorge Vinicius, o próprio Executivo falou aos jornais que ele seria afastado até que fosse investigada a questão – e foi noticiado que ele próprio pediu exoneração, em virtude de ter aceito um trabalho mais interessante a ele. Porém, não se sabia o que era verdade ou mentira. Frisou a oradora: “A empresa brigou com a Prefeitura e conseguiu levar todas as informações, que terá que entregar ao MP. E se sumir algo, a perícia técnica iria levantar, facilmente. Outra coisa: de 2011 a 2013 ninguém percebeu nada? – arguiu a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, frisando que deveria punir aquele que foi conivente em pagar menos, em detrimento aos serviços públicos. Por isso, havia perguntado “por que agora?”; porque deveria ter sido fiscalizado o trabalho e salvas as informações, e isso não foi feito. O Vereador Administrador



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Leonardo David Zaniboni, como líder, passou a tribuna ao Vereador Luís Roberto Tavares, o qual explicou ao Vereador Laércio Rocha Pires que foi Vereador em 2004 e Carlos Nelson decretou o aumento da água. Os moradores do Parque das Laranjeiras vieram tirar satisfações e ele, orador, explicou que o projeto não veio à Casa para ser votado, e o Prefeito aplicou o aumento por Decreto. Assim, o importante era identificar os aumentos por região, a velocidade que a água chegava nos hidrômetros, sendo que a falta d'água causava vácuo e a pressão da água empurrava o vácuo fazendo girar os hidrômetros e aumentar a conta da água. Disse ainda que recebeu resposta do Prefeito a respeito do Refis – refinanciamento da dívida ativa, dizendo que o assunto estava sob estudos e seria enviado à câmara para votação. Posto isto, encerrou a sua participação na tribuna. O Senhor Presidente determinou fosse guardado um respeitoso minuto de silêncio pelo falecimento dos Senhores ADEILTON PEREIRA DA COSTA JÚNIOR 'Goró', LORENZO ANDRADE DE MORAES e PEDRO BENEDITO DAL RIO. Cumprida dita providência, como não houvesse mais oradores inscritos para falar em "Explicação Pessoal" e nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Presidente, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h35 do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, depois de achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

RJMB de A